

A FUNAI E A COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

ST, 18/03/74 PINR0132



As frentes de atração foram deslocadas para a Amazônia, as estradas começaram a passar pelos parques indígenas. Mas a grande preocupação continuava: como conduzir o processo de integração do índio?

O ÍNDIO, INTEGRADO À SOCIEDADE. QUANDO?

O programa de colonização da Amazônia, lançado pelo governo Médici, foi uma surpresa para um órgão que, até então, cumpria lentamente sua tarefa de assistir aos índios brasileiros. Burocratizada, sem recursos e com uma equipe de qualidade duvidosa, a Fundação Nacional do Índio, da noite para o dia, teve de traçar um complexo programa de atração dos grupos indígenas ainda arredios da Amazônia, acelerar seu processo de integração e conviver com os órgãos do Ministério do Interior, responsáveis pelo desenvolvimento regional com atribuições difíceis de serem conciliadas com as suas.

Dezenas de frentes de atração foram deslocadas para a Amazônia, estradas cortaram parques indígenas e uma grande polêmica em torno do índio brasileiro ganhou as manchetes dos jornais, alimentada pelo silêncio da Funai, que até pouco tempo atrás não permitia qualquer diálogo franco sobre o problema indígena.

Dentro da própria Funai, as discretas divergências existentes até então sobre aculturação indígena vieram à público na palavra de sertanistas, missionários católicos e técnicos indigenistas. A grande preocupação era saber como conduzir o processo de integração do índio diante de uma realidade concreta: o índio não poderia se constituir num obstáculo para a ocupação da Amazônia.

No início do governo Médici, havia uma outra grande preocupação: as intermináveis críticas feitas no exterior, acusando o Brasil de genocídio praticado contra as populações indígenas. Menos violentos, os missionários brasileiros negavam a aplicação de uma política oficial de extermínio, mas admitiam que o governo estava omitindo com relação ao problema indígena.

Para eles, o que estava ocorrendo era um "genocídio de omissão", expressão muito usada pelo atual presidente do Conselho Indigenista, Missionário, padre José Vicente César.

Para enfrentar todos esses problemas, inicialmente foi nomeado para a presidência da Funai o jornalista José Queiróz Campos. Até meados de 1970, Queiróz Campos enfrentou tempos difíceis, foi responsável pela criação da criticada Guarda Rural Indígena e acabou pedindo demissão do cargo, depois de várias crises internas na Funai. Para substituí-lo, foi nomeado o general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, que acompanhou o ministro Costa Cavalcanti, como chefe do Serviço de Segurança e Informação nos ministérios das Minas e Energia e no Ministério do Interior. Bandeira de Melo, ao assumir a presidência da Funai, deixou claro que sua missão fundamental era "afastar o problema indígena das páginas dos jornais".

Logo depois de sua posse, todos os funcionários da Funai foram proibidos de prestar informações à imprensa, ao mesmo tempo em que vários problemas internos persistiam: funcionários descontentes, invasões de áreas indígenas, falta de recursos ao lado de um extenso programa a ser cumprido envolvendo não só a atração dos grupos indígenas da Amazônia e apoio às frentes pioneiras, mas também a assistência ao restante da população indígena brasileira. Estes índios já "integrados" eram o grande desafio dos técnicos indigenistas, pois, convivendo com a sociedade envolvente, não foram preparados adequadamente para o contato com os civilizados e grande parte deles encontrava-se marginalizada nas cidades e no meio rural.

Os dois primeiros anos da gestão Bandeira de Mello foram tensos, marcados pela demissão dos descontentes e desconfiança de vários antropólogos e técnicos indigenistas quanto à política do setor. Mas, recentemente, a própria direção da Funai, começou a buscar um caminho mais tranquilo para a aplicação de sua política.

Mais humildes, seus dirigentes reconheceram a difícil posição da Funai, que tentava conciliar os interesses do desenvolvimento com a real proteção ao índio brasileiro. Num diálogo mais aberto com a Igreja foram realizados encontros para o debate franco sobre o problema indígena e para demonstrar ao mundo que o governo brasileiro não praticava o genocídio contra os índios. Brasília foi sede do Congresso Interamericano de Indigenismo, em que a delegação brasileira procurou convencer os participantes estrangeiros de que o governo estava preocupado com sua população indígena. Paralelamente, foi acelerada a tramitação do Estatuto do Índio no Congresso Nacional. Aprovado, em dezembro passado, o estatuto estabelece as diretrizes da política indigenista brasileira.

O problema de integração do índio passou a ser discutido mais abertamente pela Funai e, no final do governo, o órgão já tinha delineada sua orientação básica:

"Diante do processo irreversível de desenvolvimento, os índios brasileiros precisam ser integrados através da execução de um programa integrado de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades tribais. Se forem mantidos no seu Habitat, sem que o processo de aculturação seja acelerado, não terão condições de sobreviver ao impacto da civilização. Esta integração precisa ser lenta e gradativa e a cultura indígena deve ser respeitada."

Os indigenistas do órgão reconhecem que esta técnica de aculturação é um grande desafio, mas defendem-na, afirmando que "o Brasil não pode copiar modelos de outros países para estabelecer sua política indigenista pois nenhum deles apresentou, até hoje, uma política, eficiente e humana de defesa aos povos primitivos".

Apesar de, pelo menos filosoficamente, a Funai ter definido seu caminho, existem aqueles que discordam de sua orientação. Os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, responsáveis pela experiência do Parque Nacional do Xingu, acham que integração não pode ser planejada no papel.

Os missionários também continuam se preocupando com o problema e acham que, apesar de se falar muito em "integração", existe ainda muita indefinição dos responsáveis pela execução da política indigenista brasileira.

Os métodos de trabalho da Fundação Nacional do Índio na aplicação da política indigenista brasileira ainda não podem ser medidos em toda a sua extensão. O desafio a que se propõe o órgão de proteção ao índio de integrar o indígena na sociedade nacional só poderá ser avaliado daqui a alguns anos, quando os técnicos do órgão derem por concluído o trabalho de sua integração na sociedade. Segundo eles, nessa ocasião o índio estará preparado para competir com o civilizado, tornando-se integrante da comunhão nacional.

Eliana Lucena, da sucursal de Brasília.